

## POLÍTICA ECONÔMICA

Além da escassez de financiamentos, Brasil enfrenta problemas como ganhos excessivos dos bancos e falta de empréstimos de longo prazo

# País perdeu R\$ 150 bi em crédito durante nove anos

VICENTE NUNES

ENVIADO ESPECIAL

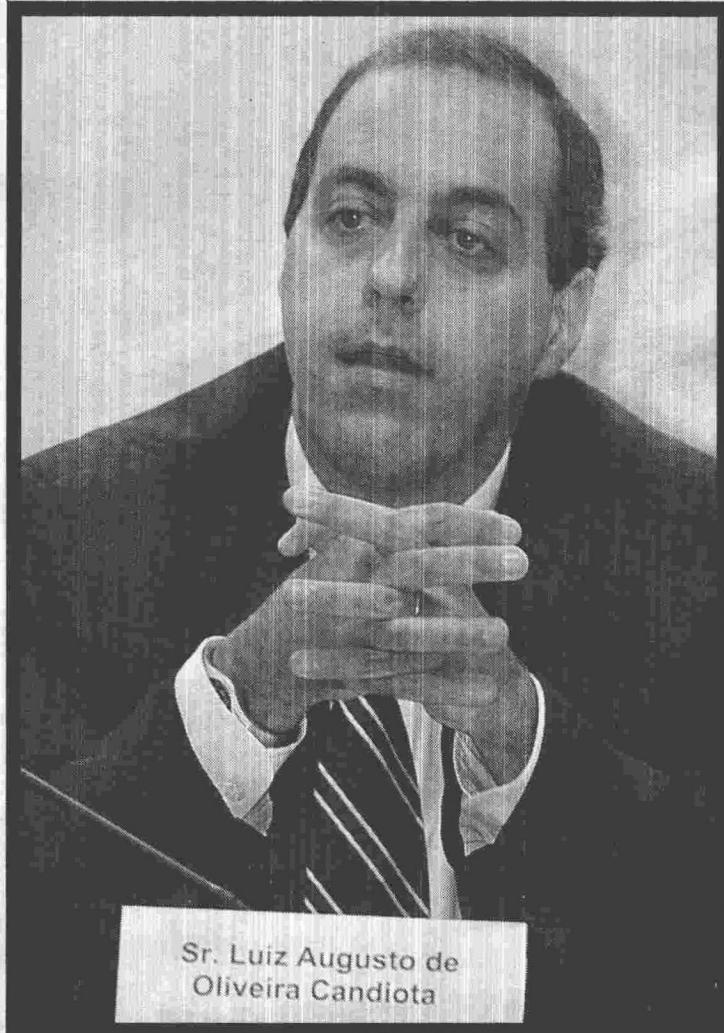
**C**ampos do Jordão (SP) — O mercado de crédito no Brasil encolheu 10 pontos percentuais do Produto Interno Bruto (PIB) desde 1995, primeiro ano do Plano Real. Isso significa dizer que os bancos brasileiros deixaram de emprestar pelo menos R\$ 150 bilhões em nove anos, fato que contribuiu decisivamente para o crescimento medíocre da economia no período.

Os dados foram apresentados ontem pelo diretor de Política Monetária do Banco Central, Luiz Augusto Candiota, durante o primeiro Congresso Internacional de Derivativos e Mercado Financeiro. "Não há como pensarmos no desenvolvimento do país sem pensarmos em um mercado de crédito ativo", disse. Em 1995, o total das operações de crédito no Brasil representava 35% do PIB. Hoje, está em 25%, bem atrás da maioria dos países emergentes, com relação crédito/PIB próxima de 40%.

A restrita oferta de crédito não é, porém, a única distorção do mercado. Segundo Candiota, o sistema de empréstimos no Brasil apresenta características negativas como *spreads* (ganhos) elevados, prazos curtos e inexistência de fontes de financiamento de longo prazo. Ele informou que, do *spread* embutido nas taxas de juros, 40,2% se referem ao lucro dos bancos com as operações e 20,7%, a impostos diretos. Quanto aos prazos de financiamento, a média no Brasil é de apenas sete meses. "Não há como uma empresa pensar em um projeto de investimentos diante de prazo tão curto", destacou.

Ele afirmou, ainda, que o governo tem grande parcela de culpa por esse quadro desalentador. Primeiro, por engolir quase 85% do crédito disponível no merca-

José Varella 11.3.03



Sr. Luiz Augusto de Oliveira Candiota

LUIZ CANDIOTA: PAÍS NÃO PODE SE DESENVOLVER SEM CRÉDITO ATIVO

do para o financiamento da dívida pública. Segundo, por manter elevadíssimas alíquotas de depósitos compulsórios. "É importante ressaltar que começamos a reduzir as alíquotas dos compulsórios. Nas últimas duas semanas, liberamos cerca de R\$ 8 milhões, dinheiro que já permitiu a queda dos juros aos consumidores."

O diretor do BC garantiu que, para ampliar o crédito e estimular o desenvolvimento econômico, o governo está trabalhando com afinco na aprovação um pacote de medidas. Entre elas, a nova Lei de Falências e as cédulas de crédito bancário.

"No caso da Lei de Falências, como está hoje, ela não favorece a recuperação de empresas viáveis e facilita que, em muitos casos, os próprios controladores dilapidem as companhias", explicou. Candiota destacou, também, a necessidade de promover a competição entre as instituições financeiras — hoje, somente seis bancos detêm 60% do crédito no país — e de estimular o acesso dos mais pobres aos financiamentos.

**Dívida pública**

Sem fazer alarde, o governo reduziu de 37% para 29% — US\$ 8

bilhões — a participação dos títulos públicos corrigidos pela variação do dólar na composição da dívida pública. Com isso, disse Candiota, o Brasil está diminuindo sua vulnerabilidade a crises externas. Segundo Candiota, o Tesouro e o Banco Central vão trabalhar conjuntamente para substituir esses títulos cambiais e aqueles corrigidos pela Selic por papéis indexados à variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e por papéis prefixados. "Com o IPCA como indexador, o governo dará um importante sinal que a inflação está sob controle."

Luiz Augusto Candiota,  
diretor de política monetária  
do Banco Central